

Paulo Brossard ★ 1924 + 2015

Jurista e ex-ministro morre aos 90 anos

Gaúcho de Bagé, Paulo Brossard se destacou na advocacia, no plenário do Supremo e na vida política como opositor da ditadura militar

Gabriela Lara
Lucas Azevedo

ESPECIAL PARA O ESTADO
PORTO ALEGRE

O advogado Paulo Brossard, ex-ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ex-senador e ex-deputado, morreu na manhã de ontem em Porto Alegre. Aos 90 anos, ele enfrentava problemas de saúde desde o ano passado, agravados por uma queda ocorrida em outubro. Brossard morreu em casa, no bairro Petrópolis, em companhia da família, que não informou mais detalhes sobre as causas da morte.

A presidente Dilma Rousseff lamentou a morte de Brossard e reconheceu o trabalho no combate à ditadura militar do jurista gaúcho, que foi ministro da Justiça do governo José Sarney entre 1986 e 1989 e integrou o Supremo de 1989 e 1994, quando foi aposentado compulsoriamente, aos 70 anos. Em nota divulgada pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República, Dilma disse ter recebido a notícia com tristeza. "Homem de fortes convicções democráticas, que se tornou uma referência política na luta contra a ditadura", definiu a presidente. "O País perde um grande brasileiro."

O vice-presidente Michel Temer esteve ontem no velório do jurista, em Porto Alegre. "A democracia foi devolvida ao País, em grande parte, pela atuação de Brossard no MDB", afirmou.

O governador José Ivo Sartori (PMDB) decretou três dias de luto no Rio Grande do Sul. O velório ocorreu no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e o corpo seria cremado à noite. "Perdemos um grande homem, um professor, um ferrenho opo-

GALERIA

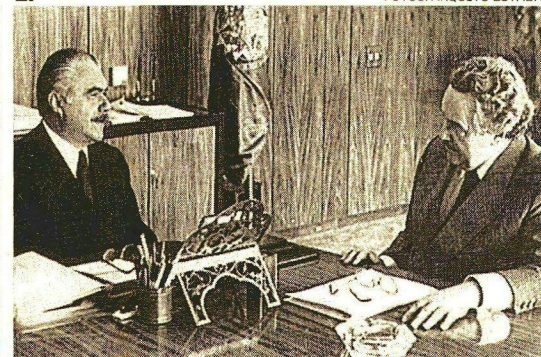
1.



Raízes. Depois da carreira política e de atuar como ministro, Brossard voltou a exercer a advocacia no Rio Grande do Sul

ADRIANA FRANCIOSI/AGÊNCIA RBS - 17/9/2013

2.



Ministro. Sarney (esq.) levou jurista à Esplanada e depois o indicou ao STF

FOTOS: ARQUIVO ESTADÃO

3.



Resistência. Com Ulysses Guimarães, atuou contra a ditadura no Congresso

sitor da ditadura militar, um político que fez história", afirmou Sartori pelas redes sociais.

Carreira. Paulo Brossard de Souza Pinto nasceu em 23 de outubro de 1924, em Bagé, no inte-

rior gaúcho. Em 1947, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Conquistou o título de especialista em Direito Civil e Direito Constitucional cinco anos mais tarde. Antes de optar

pela política, ministrou aulas na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Em 1954, foi eleito deputado estadual pelo Partido Libertador e reeleito duas vezes. Foi também secretário do Interior e Justiça do governo gaúcho em 1964.

Dois anos depois, já na ditadura, foi eleito deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao governo militar. Atuou na bancada da Câmara até o fim daquele mandato e retornou a Porto Alegre.

Voltou ao Congresso, desta vez eleito senador pelo Rio Grande do Sul, em 1974, ano em que o MDB surpreendeu a Arena, partido que dava suporte político ao regime militar no Legislativo, e conquistou 16 das 22 vagas em disputa no Senado. Nessa Casa legislativa, destacou-se como uma das principais lideranças da oposição à ditadura. Tanto que, quatro anos depois, foi candidato pelo partido a vice-presidente da República na chapa de Euler Bentes. A dupla foi derrotada no Colégio Eleitoral pela chapa encabeçada pelo general João Figueiredo, apoiado pela Arena.

Em 1985, já na redemocratização do País, Brossard foi indicado pelo então presidente José Sarney (PMDB) ao cargo de consultor-geral da República. Posteriormente, foi nomeado ministro da Justiça. Em 1989, último ano do governo Sarney, foi nomeado ministro do Supremo e, em 1992, assumiu a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Brossard era casado desde 1950 com Lúcia Alves Brossard de Souza Pinto e deixa três filhos: Magda Brossard Iolovitch, Rita Brossard de Souza Pinto e Francisco Brossard de Souza Pinto.

A morte de Brossard foi lamentada não só pelos políticos, mas também pela comunidade jurídica. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, divulgou nota de pesar na qual assinou a "contribuição relevante" ao País por parte do jurista na luta pela redemocratização e no desempenho da função de ministro da Justiça e do Supremo.

O ministro ainda destacou que coube a Brossard, como presidente do TSE, comandar a realização do plebiscito que escolheu a República e o Presidencialismo como forma e sistema de governo do Brasil, em 1993.

"Diante de seu legado como homem público, político, jurista, ministro do STF e advogado, é que, nesse momento de dor de seus amigos e familiares, apresento sinceras condolências", afirmou Cardozo.

O presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, divulgou nota em nome de toda a Corte, na qual "lamenta o falecimento e expressa suas condolências e sua solidariedade à família do ilustre jurista".

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também prestou homenagem a Brossard. Nota no site da entidade informa que o Conselho Pleno da OAB Nacional aprovou uma moção de pesar aos familiares. "Trata-se de uma grande perda para toda a advocacia brasileira. Brossard, além de um advogado brilhante, honrou a advocacia enquanto atuou na vida pública da nação", disse o presidente Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

O vice-presidente da entidade e ex-presidente da OAB gaúcha, Claudio Lamachia, afirmou que, além da irreparável perda para o Brasil e para a sociedade, Brossard deixou um legado jurídico e político de muita dignidade.